

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672586446>

# Os industriais e a prematura desindustrialização brasileira

*Industrials and premature brazilian  
deindustrialization*

*Industrielles et désindustrialisation brésilienne  
prématurée*

*Industriales y desindustrialización brasileña  
prematura*

 **Haroldo da Silva**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Fundação Getúlio Vargas

 **Francisco Cesar Pinto da Fonseca**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Resumo** | O artigo pretende contribuir com a investigação da desindustrialização brasileira, precoce, a partir da perspectiva da ação política do empresário industrial no contexto do neoliberalismo. Detentores de diferentes ativos, não apenas financeiros, mas também simbólicos, como as relações e o acesso aos meios decisórios, os industriais perderam espaço para outros segmentos, sendo dominados pelas pautas neoliberalizantes, nem sempre favoráveis à indústria e menos ainda aos trabalhadores. A redução do papel do setor na geração de riquezas acabou por ser retroalimentada pela não substituição de vozes com elevada reputação e, portanto, repletas de capital simbólico, no seio industrial. O presente artigo também sugere uma reflexão sobre os impactos da defesa do “livre mercado”, mas nunca das liberdades substantivas. Finalmente, o artigo procura contribuir para a retomada do debate sobre a reindustrialização, pautada pela descarbonização e pela inclusão social, com a cooperação entre os formuladores de políticas públicas e os industriais “homens de empresa”, não mais “capitães da indústria”.

**Palavras-chave:** desindustrialização, neoliberalismo, industriais, reindustrialização.

**Abstract:** The article aims to contribute to the investigation of early Brazilian deindustrialization, from the perspective of the political action of the industrial entrepreneur in the context of neoliberalism. Holders of different assets, not only financial, but also symbolic, such as relationships and access to decision-making means, industrialists lost space to other segments, being dominated by neoliberalizing agendas, not always favorable to industry and even less to workers. The reduction in the sector's role in generating wealth ended up being fed back by the non-replacement of voices with a high reputation and, therefore, full of symbolic capital, within the industry. This article also suggests a reflection on the impacts of defending the “free market”, but never of substantive freedoms. Finally, the article contributes to the resumption of the debate on reindustrialization, guided by decarbonization and social inclusion, with cooperation between public policy makers and industrial “company men”, not “captains of industry”.

**Keywords:** deindustrialization, neoliberalism, industrial, reindustrialization.

**Résumé:** L'article vise à contribuer à l'investigation des débuts de la désindustrialisation brésilienne, du point de vue de l'action politique de l'entrepreneur industriel dans le contexte du néolibéralisme. Détenteurs de différents actifs, non seulement financiers, mais aussi symboliques, comme les relations et l'accès aux moyens de décision, les industriels ont perdu de la place au profit d'autres segments, dominés par des agendas néolibéralismes, pas toujours favorables à l'industrie et encore moins aux travailleurs. La réduction du rôle du secteur dans la création de richesse a fini par être compensée par le non-remplacement de voix de grande réputation et donc pleines de capital symbolique au sein de l'industrie. Cet article propose également une réflexion sur les impacts de la défense du « libre marché », mais jamais des libertés substantielles. Enfin, l'article contribue à la reprise du débat sur la réindustrialisation, guidée par la décarbonation et l'inclusion sociale, avec une coopération entre les décideurs publics et les «hommes d'affaires» industriels, et non les «capitaines d'industrie».

**Mots-clés:** désindustrialisation, le néolibéralisme, industriel, réindustrialisation.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo contribuir a la investigación de la desindustrialización temprana brasileña, desde la perspectiva de la acción política del empresario industrial en el contexto del neoliberalismo. Poseedores de diferentes activos, no sólo financieros, sino también simbólicos, como las relaciones y el acceso a los medios de toma de decisiones, los industriales perdieron espacio frente a otros segmentos, siendo dominados por agendas neoliberalizadoras, no siempre favorables a la industria y menos aún a los trabajadores. La reducción del papel generador de riqueza del sector acabó siendo retroalimentada por la no sustitución de voces de elevada reputación y, por tanto, repletas de capital simbólico, dentro de la industria. Este artículo también sugiere una reflexión sobre los impactos de la defensa del “libre mercado”, pero nunca de las libertades sustantivas. Finalmente, el artículo contribuye a la reanudación del debate sobre la reindustrialización, guiado por la descarbonización y la inclusión social, con la cooperación entre los responsables de las políticas públicas y los “empresarios” industriales, no los “capitanes de la industria”.

**Palabras clave:** desindustrialización, neoliberalismo, industrial, reindustrialización.

## Introdução

Escrever sobre a desindustrialização brasileira é algo que já se fez com alguma frequência. Existem bons trabalhos nesse sentido. Vários foram os ângulos observados, por diferentes ramos das ciências sociais. A novidade que este artigo propõe é a de investigar um pouco as razões que levaram os industriais brasileiros a apoiarem, em boa medida, políticas que se mostraram deletérias à competitividade das suas organizações e, conseqüentemente, contribuíram para a desindustrialização precoce.

Tendo em vista a complexidade de se observar o fenômeno desindustrialização e o papel do industrial, fez-se necessário percorrer distintos conceitos, com o apoio de diversos autores que dedicaram suas pesquisas à investigação de temas herméticos. Isso ajuda a explicar a rica bibliografia aqui apresentada, pois os conceitos se entrelaçam. Na definição das motivações dos industriais, Cardoso (2020) foi central. Mannheim (2010) apoiou a conceituação de ideologia propriamente dita. Para consubstanciar o neoliberalismo recorreu-se a autores como Brow (2019), Dardot e Laval (2016) e Harvey (2014). No que se refere à desindustrialização, Lacerda (2022) e Indústria Para Crescer e se Desenvolver (IEDI, 2021) apoiaram a definição do intrincado e multifacetado fenômeno. É importante mostrar ao leitor, desde o início, que o artigo traz um conjunto de conceitos carregados de conceitos e que para a compreensão adequada deles foi crucial essa construção teórica.

O artigo parte do princípio de que a desindustrialização brasileira é precoce e que o empresário industrial, mesmo possuidor de *capital simbólico*, para além do poder econômico, não foi capaz de transformar esse seu ativo em ação política em favor de maior competitividade sistêmica, que possibilitaria evitar tamanha redução da participação do setor na geração de riqueza nacional, medida pelo PIB. A hegemonia do neoliberalismo foi tamanha que conquistou corações e mentes dos dominados, a serviço dos dominantes, em especial os rentistas. Claro que a divisão de grupos não é assim tão simples e homogênea, pois existem frações de classes, assim como dissonâncias.

Com a desindustrialização, normalmente atrelada à redução da importância da indústria no PIB, as vozes advindas do setor também perderam relevância. Note-se a falta de lideranças incontestes, respeitadas para além das fábricas. Atualmente, a pauta da agenda nacional é indicada pelo segmento financeiro. A financeirização passou a determinar qual seria a *opinião pública*, pois, pela força dos anúncios, permeou a mídia, especialmente, mas não apenas, com seus *intelectuais orgânicos*.

Reverter esse quadro de desindustrialização não será tarefa simples, tampouco será possível fazê-lo em curto espaço de tempo. As marcas da porosidade no tecido industrial deixadas pelas condições macroeconômicas adversas e pela reduzida competitividade sistêmica que as indústrias brasileiras foram submetidas, desde o início dos anos 1990, particularmente, são profundas. Não é o caso de se afirmar que esses obstáculos sejam intransponíveis.

A reindustrialização, com foco na descarbonização e na inclusão social pode ser uma alternativa interessante ao Brasil e há sinais de que esse caminho possa estar sendo vislumbrado. Só não é crível que isso se dê a partir das forças do livre mercado, exclusivamente. Assim, o presente artigo busca colocar elementos contemporâneos a essa

discussão. Dividido em duas partes, com as respectivas subseções, o trabalho, em sua primeira parte pretende delinear os atores do campo político interessados na indústria, isto é, os industriais: um tipo particular de capitalista. Na segunda parte o foco está no próprio processo de desindustrialização e nas diferentes configurações desse fenômeno. Finalmente, traz-se as conclusões, nas quais se reconhece a complexidade do tema, mas se indicam possíveis escolhas mais pragmáticas, aos industriais e aos formuladores de políticas públicas, para além do viés cognitivo resultante da *panaceia* neoliberal.

## Os Industriais

O empresário industrial é [ou, no caso brasileiro, foi] um tipo peculiar de capitalista. Ele tem um papel de destaque no desenvolvimento socioeconômico do País. É possível considerar que os industriais formam um tipo de classe social [uma fração], muito embora seja comum que sua ação e a definição de determinados objetivos políticos, econômicos ou sociais não correspondam aos interesses da categoria, quando observados do ponto de vista particular de um ou outro membro desse coletivo. É assim também em outros grupos. Há, em seu bojo, muita heterogeneidade, o que pode resultar em uma complexa luta para encontrar denominadores comuns dentro das aspirações do grupo, algo que suscita certa hesitação diante de temas centrais aos negócios da indústria, *lato sensu*. O que é comum a todos é a busca pela obtenção de lucros, de um lado, e a defesa da propriedade, de outro. Conquistar e conservar, indefinidamente, é a tônica.

Na medida em que forem parte da camada proprietária, a dissociação entre a consciência que alcançam em um processo sentido concreto de sua ação, sem deixar de ser falsa, é um momento necessário para a justificação ideológica do domínio de classe. Em qualquer hipótese, a acumulação e o lucro continuam a constituir o alfa e o ômega e a monopolística, e a balizar, por isto mesmo, a ação dos empresários (Cardoso, 2020, p. 52).

Normalmente, suas preocupações ultrapassam o âmbito da própria empresa e o lucro não é a questão unívoca do industrial. Pensar assim evita o reducionismo que, como a generalização, é uma das maneiras de se incorrer em erros e injustiças. Para o avanço da indústria, a tecnologia, a inovação e o mercado consumidor ávido por demandar são temas essenciais. A indústria ativa requer e, paralelamente, entrega externalidades positivas para a sociedade. Desde os estudos sobre o subdesenvolvimento brasileiro, a historiografia sublinha a ação da burguesia industrial, e de outros segmentos da sociedade, como elemento dinamizador do desenvolvimento econômico, em oposição às classes, vinculadas ao subdesenvolvimento, que formavam a camada dominante tradicional que, como a burguesia latifundiária, constituíram a base de apoio ao imperialismo e ao imobilismo social (Cardoso, 2020, p. 107).

**Eles [industriais] apenas começam a perceber que seus interesses de classe, para se realizar, precisam transformar-se nos interesses de toda a sociedade e que, por isto mesmo, a burguesia industrial precisa ter um projeto de dominação política** (Cardoso, 2020, p. 220. Grifos do autor).

Para simplificar a análise, Cardoso (2020) agrupou os industriais, em determinado ponto de seu livro, em duas vertentes, subdividindo o que chamou de bloco de “dirigentes de empresa”. Na primeira, os chama de *capitães da indústria* que seriam os empresários atrasados, cuja mentalidade econômica era antiquada, pouco preocupados com a inovação tecnológica e apegados às gentilezas conseguidas por meio de sua influência pessoal nas decisões dos órgãos técnicos do governo. Para esses industriais, desconfiados de qualquer nível de institucionalidade, o ideal é um “mercado fechado” e os favores governamentais, numa visão de mundo tradicional, constituindo uma espécie de “velho Brasil”, semelhante à perspectiva dos comerciantes e dos fazendeiros. Na segunda vertente, destacadamente em São Paulo, havia os *empreendedores; homens de empresa*. Estes, por sua vez, buscavam uma posição de vanguarda no mercado concorrencial, por meio da dinamização de suas empresas, com a organização administrativa constituída com vistas à obtenção de lucro. Neste grupo, os industriais não se limitavam a manter o volume físicos da produção e do faturamento, engendravam esforços para introduzir alterações organizacionais com vistas à maior eficiência, isto é, ampliar a produtividade. Em resumo, de forma antagônica aos *capitães da indústria*, os *homens de empresa* não tinham a obsessão pelo lucro rápido, obtido pela exploração total e irracional do trabalho, ou pela manipulação do mercado, tampouco pelos favores oficiais. Contudo, a maior diferença entre os primeiros e os segundos está no fato de que esses, ao contrário daqueles, têm preocupações voltadas para a “sociedade como um todo”. A investigação por meio das Ciências Sociais foi uma ferramenta indispensável para essa análise e conclusão:

As Ciências Sociais sempre tiveram um rico acervo conceitual para abordar a questão do papel do empresariado como ator político, tendo suas clássicas experiências calcadas em Marx, Weber e Schumpeter. Esses pensadores voltaram suas abordagens para os países que se desenvolveram nos primeiros estágios do capitalismo industrial, mas mesmo assim a produção latino-americana os aproveitou para compreender os fatores condicionantes do espírito empresarial do capitalista e as características que conferem ao empresariado industrial as condições para desempenhar seu papel de ator político nos países em desenvolvimento ou nos de desenvolvimento recente, nos quais se encaixam os países da América Latina (Pereira, 2015, p. 571).

Entender classes como internamente homogêneas é incidir em simplificações, quando não em erros. Poulantzas (2019) revelou que os diferentes segmentos da classe capitalista, autônomos, podem incorrer em ações ambíguas e até mesmo contraditórias, quando se analisa a classe de forma mais ampla. Com efeito, lança mão do conceito de fração de classes para analisar essa questão. Aliás, Max Weber exemplifica o tipo-ideal de capitalista, bem próximo aos *homens de empresa*, com o qual estava familiarizado:

O “tipo-ideal” do empresário capitalista, tal como representado entre nós alemães, haja vista alguns exemplos eminentes, não tem nenhum parentesco com esses ricos de aparência mais óbvia ou refinada, tanto faz. Ele se esquia à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, e sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta. Sua conduta de vida, noutras palavras, comporta quase sempre certo lance ascético, tal como veio à luz com clareza no citado “sermão” de Franklin – e nós vamos examinar justamente a significação histórica desse fenômeno que para nós é relevante (Weber, 2004, p. 89).

Depois de discorrer ao longo de seu livro, Aristóteles (1991) conclui que o homem é um animal político por natureza. Decorre disto a necessidade de se posicionarem politicamente – ressaltadas às vezes de forma adesista, parasitária e partidária, como no caso dos *capitães da indústria* – no sentido de buscar desenvolvimento econômico e social, não por puro diletantismo, mas movidos pelo sentido utilitarista desse conjunto de ações, como também por convicções. Impossível implementar inovações tecnológicas sem mão de obra especializada, logo, educação de qualidade é algo de seu interesse, portanto precisam alardear essa necessidade. Um mercado consumidor requer crédito acessível e renda disponível para demandar. Com efeito, a conjuntura de juros cobrados numa economia pesa na decisão empresarial não apenas do ponto de vista do próprio negócio, mas também sob a ótica dos consumidores que poderão – ou não – terem acesso aos bens industriais com base no crédito. A taxa de desemprego também é algo que lhes interessa. Embora existam preocupações com baixos níveis de desemprego, que podem vir a pressionar os salários para patamares mais elevados, por conta do “menor exército de reserva”, sem garantir o aumento da produtividade correspondente, os industriais sabem que um elevado nível de desemprego afasta muitos consumidores de seus produtos. Com isso, vendem menos, produzem menos e lucram menos. Note-se aqui um *trade off*, no caso da taxa de desemprego, dentre tantos que acompanham a perspectiva do empresário industrial, em particular:

Quando a fração industrial assume o comando material e simbólico da sociedade, como no fordismo americano, a capacidade de compra dos trabalhadores começa a interessar também ao capitalista, que quer vender seus produtos em escala industrial. Passa a existir a possibilidade de defender o mercado interno e, com isso, o próprio desenvolvimento nacional. Passa a existir, inclusive, a possibilidade de demandas convergentes e acordos entre empresários e trabalhadores, como nos principais países europeus e nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial (Souza, 2020, p. 105).

O “espírito empresarial” já foi alvo de distintas investigações. Dentre outros aspectos, esse espírito significa ter uma “mente empresarial”, com a qual se busca “estar à frente dos concorrentes”, por meio de práticas que o deixem em uma “posição vantajosa”, em relação ao mercado. Aliás, FHC, na década de 1960, conseguiu financiamento da CNI, com apoio de Fernando Gasparian, para criar a cadeira de Sociologia I, no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, e teve como papel pesquisar os empresários. É fulcral determinar o papel do industrial e caracterizá-lo, sem negar-lhe importância, tampouco sem limitar sua função à simples defesa particular de seus interesses; no limite, os lucros.

Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, não o político, sugeria que não bastava a evolução do industrial que, antes, era o “capitão de indústria”, em “dirigente de empresas”; era necessário que os empresários, como classe, passassem a se engendrar na formação da nação, isto é, se “politizassem”, sob pena de enfrentarem, como “condenados”, o dilema: “subdesenvolvimento ou socialismo”.

## O capital simbólico do industrial: ativo na ação política

Embora os industriais possam ser considerados como uma classe, que não se trata de um bloco homogêneo e sem dissonâncias importantes. Não raro, isso ocorre, mesmo quando pertencentes a um mesmo segmento industrial. O industrial é possuidor de capital social, no sentido bourdieano do termo. Como todo capital, o capital social também pode ser mantido, acumulado e tem possibilidade de ser transmitido de forma atávica; como uma herança. Se o capital social puder ser compreendido como parte de um capital simbólico, que é um ativo patrimonializado, pois é redistribuído na forma de crédito, de confiança, de autoridade, por exemplo, que se adquire nos aparelhos de interação social e que se transmite por meio de relações familiares, ou círculos de amizade próximos, e que leva a constituições de “dinastias políticas”, ele tende a ser perene. Com efeito, o filho de um grande industrial ou de um político importante terá consigo certa distinção. O capital social, como capital de relações, é, *de per si*, tão funcional como um capital simbólico. Um político é um homem conhecido e reconhecido, tem prestígio. Um industrial que tenha atuação política tem uma dupla *distinção*. Todos os industriais que militam na CNI têm, em maior ou menor grau, esse capital simbólico como ativo, por isso vale retomar o conceito.

Por capital simbólico entendo essa forma de capital que nasce da relação entre uma espécie qualquer de capital e agentes socializados de maneira a conhecer e reconhecer essa espécie de capital. O capital simbólico, como a palavra diz, situa-se na ordem do conhecimento e do reconhecimento. Para explicar, pego um exemplo simples que expus longamente nos anos anteriores: a força, assim como Pascal a analisa. A força age como tal, pelo constrangimento físico, mas também pela representação que aqueles que a sofrem têm dessa força; a força mais bruta e a mais brutal obtêm uma forma de reconhecimento que vai além da simples submissão ao efeito físico da força. Mesmo no caso mais extremo em que a espécie de capital é a mais próxima da lógica do mundo físico, não há efeito físico que não se acompanhe, no mundo humano, de um efeito simbólico. A estranheza da lógica das ações humanas faz com que a força bruta não seja jamais apenas força bruta: ela exerce uma força de sedução, de persuasão, que decorre do fato de que consegue obter certa forma de reconhecimento (Bourdieu, 2012, p. 278).

Várias poderiam ser as taxonomias utilizadas para descrever essa parcela de empreendedores: os “industriais”. No limite, não há razão para tergiversar: trata-se de uma fração da burguesia, numa perspectiva marxista. Contudo, como propõe Weber, é possível analisar o interesse dessa classe, na perspectiva da sua cosmovisão. A partir de uma concepção própria, por outro lado, Bourdieu – que se ocupara de vários conceitos idiossincráticos, como *Habitus* e *Campos* – percebe o conceito de classe social como dependente do entendimento da sociedade como espaço social, no qual os agentes sociais ocupam diferentes posições relativas, que resultam de várias questões, como de que forma a propriedade é distribuída entre eles, o que resulta em posições de poder ao relacionarem-se com outros grupos. Durkheim sugere que se poderia chamar de morfologia social a parte da Sociologia, cuja tarefa é constituir, definir e classificar os tipos sociais (Durkheim, 2022).

Ainda em relação ao conceito de classes sociais, Poulantzas (2019) trata do problema da multiplicidade de critérios que resultam na sua definição. Ao criticar a

perspectiva de Bourdieu, bem como a visão “economicista” da interpretação dada à teoria marxista sobre o tema, destaca, por exemplo, que não apenas pelo critério econômico é possível traçar a identificação adequada de uma classe, pois, para tanto, faz-se necessário avaliar, em paralelo, sua relação com o político e o ideológico. Há, portanto, uma pluralidade de critérios a serem, conjuntamente, analisados para uma adequada circunscrição de classe (Poulantzas, 2019, p. 96).

Jesse Souza, em aula aberta na internet sobre o seu livro *Elite do Atraso*, depois de afirmar que as frações da burguesia formadas pelos rentistas e pelos grandes agricultores têm seus interesses privados não apenas específicos, mas normalmente contrários ao desenvolvimento do País, destacou que, no caso dos industriais, ainda que tenham interesses particulares, têm compromisso com o desenvolvimento e a maior e melhor distribuição de renda, pois dela depende seu próprio sucesso também<sup>1</sup>.

O sistema capitalista que saiu vencedor sobretudo no pós-Segunda Guerra é muito complexo e repleto de variáveis objetivas e subjetivas. A ação política por parte do empresário industrial é fundamental para consubstanciar os grupos de pressão para que aqueles que detêm o poder, sobretudo no âmbito do Estado, possam direcionar políticas públicas favoráveis ao segmento que representam, pois, as novas formas de propriedade dependem, não apenas a sua expansão, em larga medida, até sua própria manutenção, das novas formas de poder. A seguir, com as escusas, uma longa citação, muito importante, pois entrelaça a ação política, o Estado e o industrial.

Sem dúvida, o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político. Entretanto, esta transformação não se verificou porque o “espírito” do capitalismo mudou (e com ele os desígnios, os motivos, a consciência e o sentido da ação dos empresários), mas porque o capitalismo, isto é, as condições de realização do lucro no mercado e as condições de investimento, modificou-se. [...] **Mas política, sobretudo, porque a concentração de capitais e a divisão no mercado mundial obrigam, de forma crescente, ao surgimento na cena econômica de um novo personagem para garantir a propriedade: o Estado. Na nova conjuntura, a “decisão econômica” torna-se uma “decisão total” (econômica, política, social), que para ser posta em prática vai depender em larga margem de persuasão, do jogo de influências e da imposição, e não apenas da compra dos meios a serem combinados para produzir uma inovação** (Cardoso, 2020, p. 46-47. Grifo nosso).

Numa espécie de *déjà-vu*, pela perspectiva atual, a força do setor agrícola brasileiro, nos séculos XVII e XIX, passou a ser dividida com o setor industrial, ainda que de origens nas políticas de defesa do próprio setor cafeeiro. Na atualidade, esse processo pendular não parece deixar dúvidas de que o setor agrícola voltou a dar as cartas na política e na economia: o Agro é pop, dizem! O café não é mais o centro das atenções, mas sim a soja, a proteína animal, os açúcares e os melados, fundamentalmente. Some-se a isso o minério de ferro e o petróleo e seus derivados; quase tudo exportado com baixo nível de processamento e, conseqüentemente, com a reduzida capacidade de agregação de valor e de

<sup>1</sup> ICL – Instituto Conhecimento Liberta. Compreendendo a elite do atraso, por Jesse de Souza. Realizada em 10 jun. 2021 – Acesso ao vivo em: [https://institutoliberta.com.br/pg/icl-r5/?utm\\_campaign=icl-w5&utm\\_medium=diversos&utm\\_source=diversos&utm\\_content=link-video-ao-vivo&src=icl-w5&sck=link-video-ovivo](https://institutoliberta.com.br/pg/icl-r5/?utm_campaign=icl-w5&utm_medium=diversos&utm_source=diversos&utm_content=link-video-ao-vivo&src=icl-w5&sck=link-video-ovivo).



geração de empregos. Mas uma questão parece permanecer: a ação empresarial, industrial sobretudo, manteve abertas as possibilidades de influência no controle político de parte da burocracia estatal, em especial no Legislativo, especialmente depois que o setor industrial deixou para trás as formas de controle tradicionais, “patriarcais e avoengas”, pouco racionais e repletas de pessoalidade, que eram exclusivamente familiares, para as novas formas de controle pragmáticas, mais eficientes, que abriram a perspectiva política para uma nova forma de atuação, cambiante e adaptável? É bem verdade que parte disso ainda se faz presente nas empresas familiares, mas a profissionalização da alta gestão avançou muito.

Em sua tese de livre-docência em Sociologia junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, depois apresentada na forma de livro, cujo problema elementar discutido foi a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ao falar sobre os industriais e a “sociedade industrial”, alertou:

Precisam sentir a ânsia de conquistar mercados internos e externos. E não se podem esquecer de que o mercado é parte da sociedade. Sem que a maioria da população se sinta cômoda e participe do bem-estar geral, mesmo que os empresários formem parte das camadas dominantes, flutuaram em um colchão desligado do resto e, portanto, se tornaram alvo mais fácil a ser perfurado. **Sem estabilidade nacional e mesmo internacional, sem que o sistema produtivo crie empregos, de que valerem os lucros, que amanhã podem evaporar diante da ira dos insatisfeitos** (Cardoso, 2020, p. 16. Grifo nosso).

Não foi o objetivo deste artigo traçar o perfil do empresário industrial brasileiro. Mas, não restam muitas dúvidas de que, com poucas diferenças, eles têm muitas semelhanças em relação aos que comandavam as empresas americanas no século passado. Os sobrenomes dos homens que comandam as indústrias e dominam o sistema de representação fazem muita diferença e são uma espécie de herança. Nesse aspecto, algo muito parecido com o que se vê na política nacional, em que sobrenomes têm o papel de cabos eleitorais e, com isso, ajudam a ganhar eleições.

Ao classificar certo grupo como industriais, não equivale dizer que se trata de uma classe estruturalmente semelhante. Há muita diferença e as disputas intraclasse são inúmeras e, por vezes, severas<sup>2</sup>. Numa perspectiva weberiana, é correto afirmar que o meio empresarial é repleto de conflitos intermináveis – por exemplo sobre conquistas de mercados – e isso se opõe diametralmente a qualquer aspiração de “paz perpétua”. Tipologicamente, não se trata das lutas de classes, conforme apontava Marx, mas sim de uma luta dentro de mesma classe; que poderia ser definida, por exemplo, como burguesia industrial, proprietária dos meios de produção. Na multiplicidade entre real e abstrato, compreende um conjunto de empreendedores com visões múltiplas e interesses, muito

---

<sup>2</sup> Vale lembrar aqui a referência de Adam Smith: “**É bem sabido que o Sr. Hobbes defendeu a doutrina segundo a qual o estado da natureza é um estado de guerra**, razão por que antes da instituição do governo civil não seria possível a existência de uma sociedade segura ou pacífica entre os homens. Portanto, conservar a sociedade equivaleria, de acordo com o Sr. Hobbes, a manter o governo civil e, inversamente, destruir o governo civil equivaleria a pôr termo à sociedade”. (Grifamos). SMITH, Adam. **A teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: MEDIAfashio – Folha de S. Paulo, 2021, p. 362-3.

conflitantes, mas também coincidentes. Algo sociologicamente complexo no qual dizem eles próprios “industriais”: é possível e necessário competir e cooperar, ao mesmo tempo. Sobre essas disputas no âmago dos grupos de interesses aparentemente homogêneos, cabe refletir sobre os processos que remetem à prática social, como a ação política dos industriais.

### **Industriais: procura-se um Líder**

A falta de um projeto de país, identificada por Bresser Pereira, em relação às elites, inclusive aos industriais, também tem minado a sua interlocução com a sociedade e, com efeito, sua agenda de competitividade tem ficado em segundo plano para a *opinião pública*, ainda que seja cada vez mais complexo definir o que venha ser opinião pública. Os industriais brasileiros que eram ouvidos pela Imprensa, nos anos 1970 e 1980, a partir dos anos 1990, perderam o protagonismo e o espaço de fala, especialmente em relação à agenda econômica do País. As entidades industriais também tornaram-se fontes secundárias da agenda econômica nacional, dando lugar aos bancos. A ausência de um pensamento econômico voltado para a produção, por parte das entidades representativas da indústria também foi apontada por (Lacerda 2022, p. 95), como um dos limitadores ao crescimento do setor. Além disso, para ele, o industrial “envolvido pelo pensamento dominante”, também com raras exceções, não consegue apresentar e defender uma agenda alternativa.

Na disputa de narrativas, faz alguns anos que grandes empresários industriais eram as fontes da imprensa especializada, agora isso passou a ser papel dos economistas, não qualquer tipo de economista, mas sim os alocados nos bancos, em particular, ou naqueles afetos ao sistema financeiro, em geral. Estes, preparados tecnicamente e com capacidade de comunicação e com o peso dos anúncios pagos, pelos seus contratantes, nos meios de comunicação, muito maiores do que os da indústria, estão disponíveis e atendem à grande mídia, mas sempre com o viés ideológico neoliberal<sup>3</sup> permeado em suas falas, que apontam as “reformas” como solução mágica e quase que única para todos os males da sociedade e, com isto, promovem a “opinião dominante”.

Idêntico à deusa grega da cura para todos os males, a “Panaceia”, as ditas “reformas”, aliás, ganharam o *status* de “pensamento único”, uma vez que encontraram guarida quase que sem nenhuma reflexão, autocrítica ou contestação, por parte da mídia “especializada”, ou mesmo de parcela significativa de acadêmicos, sobretudo daqueles que têm espaço nos meios de comunicação de massa. Não há como negar que algum tipo de desonestidade intelectual possa estar presente nessa discussão toda. Atualmente, nas entrevistas e nos artigos dominantes no noticiário, as sempre altas taxas de juros são

---

<sup>3</sup> “O termo ‘neoliberalismo’ foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas públicas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros”. Vide: BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosofia Politeia, 2019, p. 28-9.

“necessárias” para o combate à inflação<sup>4</sup>, sem que existam um contraponto adequado do empresariado industrial, que sofre as consequências da redução de demanda, do aumento da inadimplência e do acréscimo exagerado de custos do capital produtivo e, no limite, dos pedidos de recuperação judicial e/ou das falências. Assim, a desindustrialização ocorre até mesmo sem a crítica das lideranças industriais, raras as exceções, como o IEDI<sup>5</sup>.

## A desindustrialização brasileira

A literatura sobre o tema desindustrialização é farta (Bacha, Bolle 2013; Belluzo, Almeida 2012), apenas para citar alguns. Especialmente depois dos anos de 1990, muito se investigou, no Brasil e no mundo, em relação ao assunto (Krugman, 1988, Oreiro, Feijó 2010, Frederick, 2017). Fruto de um conjunto de políticas econômicas em nome do “livre mercado”, tendo como pano de fundo o que ficou conhecido como “Consenso de Washington”<sup>6</sup>, numa visão restrita à economia de problemas que, na verdade, são políticos e, por isso, bem mais complexos, as indústrias de várias regiões do mundo foram submetidas à concorrência global, mesmo que em condições macroeconômicas assimétricas. Vale lembrar: a Economia, muito mais do que uma Ciência Social, é uma Ciência Política. Qualquer análise que, deliberadamente, exclua essa correlação deve ser vista, no mínimo, com algum ceticismo.

Poucos discordam de que o Brasil passa por um processo longo de desindustrialização. A controvérsia é sobre a intensidade, bem como acerca das origens e em relação às consequências. A desindustrialização pode ser analisada por vários ângulos, o que contribui para que haja distintas interpretações sobre as alternativas para enfrentar o fenômeno. Aliás, ela pode até ser encarada como algo resultante do desenvolvimento de uma sociedade que, ao enriquecer, começa a demandar mais serviços, uma vez que já se sente atendida em relação aos bens materiais essenciais, claro que sempre haverá espaço para os bens de Veblen<sup>7</sup>. Tome-se, por exemplo, países de alta renda *per capita*. Nessas nações, os serviços prestados às famílias (escolas, academias de ginástica, hospedagens, viagens, etc.) perfazem uma parcela significativa no PIB.

<sup>4</sup> Algo contestado pela Moderna Teoria Monetária (MMT, em inglês), em contraposição à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). As evidências apontam para a fragilidade explicativa da TQM, sobretudo depois que o Banco Central dos EUA ampliou a base monetária por 60 vezes, no pós-crise do *subprime*, sem efeitos relevantes para a inflação. Para saber mais, vide, por exemplo, (Resende, 2017),

<sup>5</sup> CAFARDO, Pedro *in* IEDI. *Quem está criticando a alta dos juros, um tiro no setor produtivo?* Valor Econômico: 10 de maio de 2022. Disponível em: [https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2022/iedi\\_na\\_imprensa\\_20220510\\_a\\_perda\\_de\\_protagonismo\\_da\\_industria\\_a\\_brasileira.html#:~:text=Quem%20est%C3%A1%20criticando%20a%20alta.um%20tiro%20no%20setor%20produtivo%3F&text=No%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%20observamos.no%20pa%C3%ADs%2C%20estava%20indo%20embora](https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2022/iedi_na_imprensa_20220510_a_perda_de_protagonismo_da_industria_a_brasileira.html#:~:text=Quem%20est%C3%A1%20criticando%20a%20alta.um%20tiro%20no%20setor%20produtivo%3F&text=No%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%20observamos.no%20pa%C3%ADs%2C%20estava%20indo%20embora). – Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>6</sup> Para saber mais, vide: BATISTA, Paulo Nogueira. *Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos*. Set de 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

<sup>7</sup> Desde 2021, no Brasil, há uma fila para aquisição de carros da marca Porsche, cujo preço “mais acessível” supera, em fevereiro de 2023, os R\$550 mil, enquanto o *top* de linha chega a custar R\$1,7 milhão.

Evidentemente, não se pode atribuir, isoladamente, à redução da participação da indústria no PIB como um retrocesso econômico e social. A teoria econômica denomina essa forma de desindustrialização como positiva, inclusive. O problema é desindustrializar, sem superar o patamar da renda média, bem abaixo do PIB potencial, como é o caso brasileiro de desindustrialização prematura. Por isso, há que se avaliar o fenômeno com mais atenção e pormenores.

Para cumprir essa missão, alguns métodos de análise do processo de desindustrialização ficaram consagrados. Por questões de finalidade e de espaço não serão detalhadas todas as questões envolvidas nesse tema; apenas o essencial. De um lado, para a corrente que defende a Visão de Cambridge: “a desindustrialização seria reflexo de um setor industrial incapaz de suprir a demanda nacional e pagar as necessidades de importações do país, ou seja, um setor manufatureiro deficitário comercialmente e que engendre restrições externas ao desenvolvimento econômico da nação”.<sup>8</sup>

De outro, a desindustrialização pode ocorrer por questões estruturais. Neste caso, o processo seria desencadeado pela especialização em segmentos cuja agregação de valor é menor do que era. Trata-se de uma espécie de espiral de primarização dos processos, menos intensivos em tecnologia, cuja agregação de valor tenha sido perdida para outras regiões, por exemplo com sindicatos com menor poder de pressão ou por salários reais muito abaixo dos locais; uma regressão inclusive em termos de produtividade do fator trabalho. É algo intrassetorial, diante desta perspectiva.

Outra corrente do pensamento econômico destaca a questão da *doença holandesa*. Para seus adeptos, a vantagem comparativa, em determinado item da pauta de exportação, normalmente decorrente de um *boom* de *commodities*, como petróleo, minério, ou outros bens naturais, leva à forte exportação desses itens, valorizando a moeda local, dificultando, em muito, a concorrência externa de outros bens industrializados (*tradables*), ao passo que, em paralelo, tornam produtos estrangeiros mais acessíveis, domesticamente. A sobrevalorização cambial também pode ser, em virtude das taxas de juros muito além do necessário para conter processos inflacionários, sobretudo se utilizados por longo período; trata-se de um elemento acelerador do processo de desindustrialização. Isto ocorre porque ela [a taxa de juros elevada] atrai grande volume de capitais especulativos e, por conseguinte, voláteis; seus efeitos sobre a indústria local também são deletérios. Para os que detêm capital próprio, o custo de oportunidade das inversões aumenta. Para os que precisam de financiamento, pior ainda: o custo dos empréstimos para ampliar a produção sobem acima do retorno esperado do capital marginal. O industrial tem, diante de si, apenas mais custos e incertezas.

Uma das teorias alternativas que ajuda a explicar o processo de desindustrialização foca sua análise na terceirização dos serviços industriais – por exemplo, o restaurante de uma fábrica de automóveis, atualmente, não concentra os “metalúrgicos” que empregava nos anos 1980 – tendo em vista que esta tarefa passou a ser contratada de empresa especializada. Não resta dúvida de que questões tributárias também levaram a essa segmentação, muito além da propalada especialização. Trata-se, ademais, da otimização de

---

<sup>8</sup> MAIA, B. A. A. *Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014*. Disponível em: Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>. Acesso em: 7 abril 2021, p. 553.

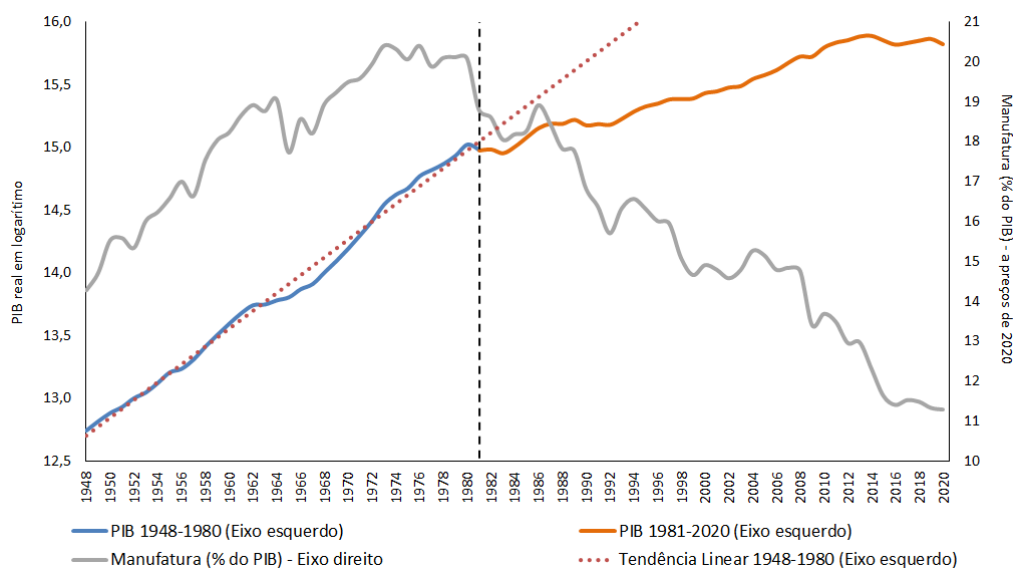
resultados, já que serviços contratados de empresa terceira geram créditos tributários e, com efeito, resultam em melhores margens de lucratividade. No Brasil, tendo em vista o complexo sistema tributário [que pode ser melhorado com a Reforma Tributária aprovada pelo Congresso em dezembro de 2023], é essencial para o planejamento cuidadoso que viabilize operações industriais, sobretudo em cadeias produtivas longas, com várias fases, submetidas aos tributos cumulativos. No País, ser eficiente e competitivo não é uma questão de talento industrial e de boa gestão, mas passa por uma assessoria jurídica e contábil especializadas em direito tributário. A tributação quebrou a lógica da neutralidade na decisão sobre a alocação eficiente dos recursos produtivos.

O caso brasileiro é particular, por várias razões. Em meados dos anos 1990, mais exatamente em 1994, foi instituído o Real, como moeda. Sempre é bom lembrar, com ela, veio o receituário neoliberal – indicado indistintamente a todos os países, periféricos ou não, independentemente de particularidades e de desiguais níveis de desenvolvimento ou das questões político-sociais inerentes a cada Região do mundo – elencado nas recomendações do “Consenso de Washington”. Mais uma vez, com o perdão do prosaico, tal qual as “garrafadas medicinais”, o neoliberalismo apresentou-se como a cura para todos os males, desde unha encravada até o subdesenvolvimento. Se sabe: não funcionou.

A peculiaridade brasileira estava na tentativa de se debelar uma inflação que rondava algo como 30% ao mês. Contudo, como a receita era “única”, para reduzir a taxa de inflação adotou-se uma ancoragem cambial, com forte valorização da moeda local, adicionada a uma política monetária contracionista, com juros reais em níveis até então inéditos, liberaram-se os fluxos de capitais, sobretudo especulativos e submeteu-se à concorrência externa o mercado doméstico, por meio de uma abertura comercial unilateral iniciada no governo Collor, associada a uma abrupta redução das alíquotas de importação. Uma tempestade perfeita para a indústria doméstica. Resultado: acelerou-se o processo de desindustrialização, com todas as agruras correspondentes, como o desemprego estrutural decorrente e sucessivos déficits na balança comercial, sobretudo em bens manufaturados.

**Em grande medida, constituiu-se um novo modelo econômico, fundado numa estratégia distinta de inserção na economia mundial, a partir da atração de parte da liquidez internacional, com ingresso de recursos estrangeiros responsáveis pela ainda maior desnacionalização do parque produtivo do país (Pochmann, 2001, p. 39. Grifo nosso).**

O gráfico a seguir revela a trajetória da participação da manufatura brasileira, desde meados do século XX. Entre 1948 e o final dos anos 1970, está clara a correlação entre o crescimento do PIB e a parcela da indústria nesse índice. Diferentemente, logo após o início dos anos 1980, há um evidente descolamento entre as duas variáveis. De um lado, o PIB continua em sua trajetória ascendente, muito embora de forma menos célere, com crescimento mais tênue nesta fase, frente a anterior. De outro, é nítido o malogro da indústria em relação à geração de riqueza no País, representada pelo PIB.

**Gráfico - 1 – Evolução do PIB e o Grau de Industrialização do Brasil (1948-2020)**

Fonte: IEDI (2021).

A exposição gráfica do evento da desindustrialização brasileira é inexorável, tanto quanto lúdica. Como as condições macroeconômicas no Brasil não foram aperfeiçoadas, sobretudo do ponto de vista da competitividade industrial, o quadro não mudou para melhor, desde então, salvo de forma efêmera como em 2010. Ao contrário, o que se assiste mais recentemente, principalmente no pós-Covid-19, é um aumento dos juros domésticos – mais uma vez em nome de conter a taxa de inflação, cuja origem é o desabastecimento das Cadeias Globais de Valor, portanto pelo lado da oferta, não da alta na demanda – medida sabidamente ineficaz, mas que também faz parte dos livros-textos neoliberais.<sup>9</sup> Mantida essa tônica, corre-se o risco de o Brasil voltar a ter inflação e recessão, como na crise da dívida externa nos anos 1980.

Industrialização e crescimento econômico caminham juntos e no Brasil não é diferente. Uma análise de longo prazo mostra que no período de forte industrialização do país, em 1950-1970, o PIB do Brasil crescia a um ritmo quase quatro vezes maior do que na fase seguinte, de 1980-2020, quando a participação da indústria em nossa estrutura produtiva caiu pela metade. No primeiro período, multiplicamos nosso PIB por dez, já no segundo conseguimos apenas dobrá-lo. Hoje, o Brasil teria uma renda per capita 6 vezes maior se tivesse mantido o desempenho anterior nas últimas quatro décadas. Com menos indústria, crescer e desenvolver torna-se uma tarefa mais árdua e com resultados bem mais morosos<sup>10</sup>.

Outra preocupação é a crise de crédito. Empresas que estão dispostas a tomar recursos emprestados no mercado a taxas de juros por volta dos 25% a.a. (já que a taxa Selic está em 11,75% a.a.) não estão em boa posição. Negócios lícitos não cobrem esse

<sup>9</sup> Certa vez, foi dito que matar uma barata com uma bazuca era algo eficiente, porém, certamente era ineficaz.

<sup>10</sup> IEDI. *Indústria: para crescer e se desenvolver*. Destaque IEDI. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque\\_iedi\\_20211201.html](https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20211201.html). Acesso em: 1 dez. 2021.

custo do capital, normalmente, segundo relatos dos próprios industriais. Só os rentistas e quem se aproveita da financeirização é que saem ganhando, embora até esses estão assistindo seus tomadores de crédito tornarem-se inadimplentes, quando não tendo que se socorrer à Lei ° 11.101/2005, que trata da Recuperação Judicial, como última alternativa, antes da convação em Falência, daqueles menos afortunados. Como consequência: mais desigualdade provocada pela concentração de renda, os prometidos sem efeitos benéficos à economia real, já que os recursos são drenados para uma minoria que, rentista, pouco consome (Dowbor, 2017).

**Esse modelo neoliberal repousa cada vez mais no capital fictício e em uma vasta expansão na oferta de moeda e na criação de dívida, e já enfrenta o problema de uma demanda efetiva insuficiente para realizar os valores que o capital é capaz de produzir.** Então como o modelo econômico dominante, com sua legitimidade decadente e saúde delicada, poderia absorver impactos inevitáveis de uma pandemia e sobreviver a eles? A resposta dependia fortemente de por quanto tempo a interrupção poderia durar e se espalhar, pois, como Marx apontou, a desvalorização não ocorre porque as mercadorias não podem ser vendidas, mas porque não podem ser vendidas a tempo (Harvey, 2020, p. 9).

A hipótese clássica de que a moeda [uma convenção social] não afeta a economia real já deveria estar em desuso, mas não está. A condução da política monetária, somada a um certo dogma do conservadorismo intelectual é compreendida como sendo uma trincheira do liberalismo tecnocrático e questioná-la toma ares de ameaça política à estabilização (Resende, 2017). O uso desse mecanismo – que também cabe aqui, como em (Löwy, 2015), frisar seu caráter de máquina que produz e reproduz sempre o mesmo fenômeno: baixo crescimento econômico – [Política Monetária Contracionista] terá consequências ainda maiores, pois o esforço para trazer a taxa de inflação para a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que é de 3% a.a., recairá apenas na taxa de juros e na redução das possibilidades da realização de políticas públicas inclusivas.

O que se sabe é que a adoção da política monetária centrada exclusivamente em juros altos [não se fala numa rodada de desindexação de contratos, por exemplo], análoga ao paralogismo no debate atual, por longo período, causa *histereses*<sup>11</sup> que, em pouco espaço de tempo, em termos históricos, serão disseminadas e aprofundadas. Ao estimular o rentismo e, ao mesmo tempo, inviabilizar o crédito produtivo e o investimento com recursos próprios e de terceiros, o governo leva os industriais – fundamentalmente aqueles que não atuam em setores diretamente ligados às *commodities*, ou em oligopólios – a tornarem-se importadores de produtos acabados, ou meros montadores de partes e peças importadas. Além disso, impede – ou minimamente dificulta – inversões em inovação, pesquisa e desenvolvimento em território nacional. Com efeito, essa junção de adversidades levou o Brasil à desindustrialização (Severian; Lacerda, 2021).

<sup>11</sup> Na economia, a histerese é interpretada a partir dos efeitos de longo prazo em determinadas variáveis. Por exemplo, a alta taxa de desemprego, prolongada, pode trazer consequências persistentes – ou mesmo permanentes – no mercado de trabalho, ao retirar dele, um contingente de colaboradores tornando suas habilidades “inservíveis” ao novo contexto, para muito além da desmotivação e do consequente desalento.

A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. [...] **Infelizmente, a combinação de fatores adversos nos levou a uma desindustrialização precoce, sem gerar os benefícios associados** e, pelo contrário, gerando perda [de] capacidade de geração de valor agregado, de empregos de qualidade e tecnologia atualizada (Lacerda, 2022, p. 405-406. Grifo nosso).

Finalmente, há que se destacar a disparidade de condições que a indústria doméstica enfrenta e que pode ser resumida no que ficou convenionado como “Custo Brasil”<sup>12</sup>. Conceito basilar para que a CNI constituísse a ALI, conforme exposto. Essa assimetria é algo que, sem dúvida, também contribui, em muito, para o processo de desindustrialização pelo qual o País passa, faz décadas. Sem a pretensão de tratar do assunto com profundidade, neste momento, estudo do Boston Consulting Group calculou [e a FGV atualizou] em R\$ 1,7 trilhão de reais a diferença que os empresários brasileiros têm, em seu desfavor, quando comparados à média de seus concorrentes, os países membros da OCDE<sup>13</sup>. Cumpre lembrar, existem ressalvas em relação à expressão “Custo Brasil” que, para seus críticos, está repleta de vieses ideológicos.

### Uma abordagem conceitual, carregada de ideologia

Uma das palavras mais utilizadas na atualidade é *narrativa*. Muito embora seja um conceito que já sofre um certo desgaste por conta do uso, nem sempre adequado, ele indica uma determinada perspectiva para descrever algo, normalmente um evento, complexo ou não, de forma singular e, por vezes, enviesada. Pode-se recorrer a uma narrativa rebuscada para defender uma ideologia, que é uma tentativa, com algum grau de coerência, de responder a um conjunto de questões amplas que englobam a organização da sociedade. Atualmente, a narrativa da propriedade privada, do empreendedorismo e da meritocracia são pontos de partida para abonar a desigualdade, ou mitigar a sua origem ideológica e estigmatizar os “perdedores” (Piketty, 2020).

Em tempo, é importante fazer uma advertência sobre o termo *ideologia* que permeia outras partes deste artigo. Trata-se de um conceito polissêmico, repleto de significados, contradições, paradoxos, arbitrariedades, ambiguidades, equívocos e mal-entendidos. Por exemplo, o que falar do emprego da expressão *ideologia de gênero* (sic)? O conceito ideologia foi criado em 1801 pelo filósofo francês Destutt de Tracy, a partir de extenso livro, um verdadeiro tratado. Marx resgatou-o em *A ideologia alemã*, tornando-o pejorativo, equivalente à ilusão, consciência deformada da realidade, ou concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideais passam a ser compreendidas como motor

<sup>12</sup> O conceito é sabidamente controverso e deve ser compreendido em diferentes nuances. Mas, não será possível entrar nesses pormenores, dadas as limitações objetivas desse artigo. Entenda-se apenas como o desequilíbrio de condições que acomete a indústria, por concorrer globalmente, com concorrentes que têm condições melhores em seus países.

<sup>13</sup> Vide o site do Ministério da Economia: “Redução do Custo Brasil”. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/reducao-do-custo-brasil> Acesso em: 30 nov. 2021.



da vida real. Contudo, em Lenin, a ideologia evoluiu, deixou de ter apenas a conotação negativa, para transformar-se, em qualquer concepção da realidade social ou política, atrelada aos interesses objetivos e subjetivos de certas classes sociais (Löwy, 2015). Finalmente, Karl Mannheim buscou trazer alguma organização sociológica ao assunto. Para ele, ao contrário das utopias que buscam mudar o *status quo*, as ideologias são um conjunto de concepções e doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra que, voluntária ou involuntariamente, serve à manutenção da ordem estabelecida. Em suas próprias palavras:

El concepto “ideología” refleja uno de los descubrimientos que han surgido del conflicto político, a saber, que los grupos dominantes pueden estar tan ligados en su pensamiento a los intereses de una situación que, sencillamente, son incapaces de percibir ciertos hechos que vendrían a destruir su sentido de dominación. La palabra “ideología” entraña el concepto de que, en ciertas situaciones, el inconsciente colectivo de ciertos grupos oscurece el verdadero estado de la sociedad, tanto para esos grupos como para los demás, y que, por lo mismo, la estabiliza (Mannheim, 2010, p. 1034).

Retomando a noção de ideologia dominante, advinda do “Consenso de Washington”, seus defensores advogam muito em favor da *liberdade*, inclusive de escolha. Claro, é difícil ser contrário à liberdade, *prima facie*. Mas, não se trata da liberdade substantiva, conceituada por Sen (2000), mas a *liberdade subordinada*, em termos econômicos. O grande problema é que essa liberdade propagandeada não é possível para grande parcela da população mundial e a pandemia veio demonstrar isso de maneira implacável. Qual a liberdade que o operário tem para não ir trabalhar? Que liberdade os sem teto têm para ficar em casa, se a sua própria condição já lhes tira a opção? Com o advento da Covid-19, mesmo os grandes defensores da não intervenção do Estado na economia – normalmente restringida às questões sociais de subsistência – viram-se no dever moral de declarar que algo teria que ser feito para reduzir o número de mortos e a fome associada aos que sempre foram desafortunados, mas que pelas restrições da pandemia, também se tornaram desocupados involuntários.

Embora o direito e o dever da livre escolha sejam premissas tácitas ou reconhecidas da individualidade, eles não são suficientes para assegurar que o direito a essa escolha possa ser usado. Portanto, a prática da individualidade não necessariamente corresponde ao padrão imposto pelo dever da livre escolha. Na maior parte do tempo, em alguma ou em várias situações, muitos homens e mulheres consideram que a prática da livre escolha está fora de alcance (Bauman, 2012, p. 405).

Depois de concebida, uma ideologia precisa ser defendida e difundida. Maior será sua probabilidade de sucesso quando mais conhecida e introjetada for. Personalidades, cientistas e outros formadores de opinião podem ajudar nesse processo. Explicitamente, o papel dos *intelectuais orgânicos* é crucial para esse intento. A mídia tradicional e, mais modernamente a *internet*, por meio das redes sociais, também são instrumentos essenciais de difusão e de propagação de pensamentos que buscam tornar-se hegemônicos. As estratégias de promoção ideológicas políticas, no Brasil, sempre tiveram caminhos muito claros.

As ideologias políticas costumam ser difundidas das mais diversas formas. À esquerda, os partidos atuaram como organizações fundamentais para tal fim durante o século XX, tendo em vista sobretudo a atuação histórica dos partidos comunistas. Já à direita, as principais organizações responsáveis por disseminar a defesa da propriedade privada e a liberalização da economia na mesma época são chamadas de *think-tanks*, como é o caso do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (Rocha, 2021, p. 15).

Some-se a isso, na atualidade, que a ideologia dominante nos meios econômicos é o neoliberalismo. Assim, se há, de um lado, uma teoria ou ideologia dominante, há, de outro, dominados. Bourdieu ensina que os dominantes só atingem essa condição, tendo em vista a cooperação, ainda que inconsciente, dos dominados. O que parece incrível é que industriais brasileiros também sucumbiram à dominação, como fora abordado, especialmente na reprodução das entrevistas com os *atores do campo industrial* (Bourdieu, 2018). A legitimação do receituário neoliberal seria a panaceia, como já foi dito. Os defensores dos princípios neoliberais advogam que a explicação para o sucesso dos países ricos estaria na apropriação e adoção irrestrita daquele conjunto de políticas, ao mesmo tempo em que o fracasso dos países de renda média e baixa residiria na “insensibilidade” daquelas sociedades em colocar em prática a totalidade das políticas neoliberais. Ainda se espera o dia em que os grandes formuladores do pensamento econômico da escola austríaca, e que deram as bases econômicas do pensamento neoliberal, consigam levar o maná dos seus ideários ao seu próprio país e transformá-lo, por assim dizer, no novo Éden.

O laboratório do *laissez-faire* mais próximo do ideário neoliberal foi o Chile. Os acadêmicos da Escola de Chicago, sob o comando de Milton Friedman, “o doutor choque”, discípulo de Friedrich Hayek e com quem se juntou para formar a Sociedade de Mont Pèlerin, tiveram a possibilidade de testar seu experimento: o neoliberalismo, contra o pensamento “estatista” dominante na época. Para eles, com sua fé típica de fundamentalistas, “os remédios amargos” poderiam eliminar as deturpações e os maus princípios estatistas. Nos livros-textos de Chicago, inflação, desemprego, oferta e demanda sempre estiveram em pleno equilíbrio, como num relógio celestial, e, assim, eram forças como as da natureza: imutáveis, desde que os mercados fossem livres. A investida foi tão poderosa que, em 1963, doze, dos treze professores de tempo integral do departamento de economia da Universidade do Chile, eram formados na Escola de Chicago. Seus alunos ficaram conhecidos como “Garotos de Chicago”, como é o caso do ex-ministro Paulo Guedes. A ideia de “fazer um país do zero” estava pronta para ser implementada, apenas a democracia chilena atrapalhava; a ditadura seria mais conveniente. O golpe no Chile foi concluído, Allende foi deposto e Pinochet assumiu: a guerra agora, no *front* econômico, era contra o keynesianismo. Desde os cemitérios, até os jardins-de-infância foram privatizados, assim como o sistema de previdência. Resultado: no primeiro ano da terapia do choque, recomendada por Friedman, a economia do Chile foi reduzida em 15% e o desemprego chegou a 20%, nível nunca visto no país (Klien, 2008).

A questão das políticas neoliberais já foi deveras debatida e, pior, testada na realidade, como se o ambiente fosse laboratorial. Contudo, a lacuna que ainda resta, e que a próxima seção deste artigo buscará preencher, mesmo que de forma restrita, é a de discutir, no caso brasileiro em particular, se a adoção das políticas neoliberais, a partir dos anos 1990, derivou-se em externalidades negativas, sendo uma delas a histerese que acelerou o

processo de desindustrialização, cujos efeitos são duradouros e que podem até mesmo ser permanentes.

A análise da desindustrialização, em um ambiente de políticas neoliberais, a partir de histereses causadas pelo neoliberalismo ainda não teve a atenção adequada, sendo essa, portanto, a principal finalidade da seção seguinte. Dito de outro modo, o objetivo será traçar uma linha de abordagem que seja capaz de, paralelamente, tratar de questões conceituais, especialmente entre o neoliberalismo e a histerese, bem como lançar luz a determinados eventos da conjuntura que resultaram no processo de desindustrialização. E, com base na bibliografia referencial dos temas, propiciar uma reflexão mais aprofundada.

A proposta é a de tratar da hipótese anteriormente destacada, isto é, a agenda neoliberal, assumida e largamente adotada como saída para a competitividade global da indústria brasileira, não funcionou, mas isto exige circunscrever termos particularmente empregados. Por conta da forma apenas propedêutica possível desta seção, somada à complexidade dos conceitos, às vezes herméticos, e à polissemia de parte deles, só isso já revela o nível do desafio proposto e, em decorrência, a necessidade de atentar às definições. Ademais, assegurou também Kant, todo conhecimento exige um conceito, por mais imperfeito ou obscuro que este possa ser (Kant, 2015). Essa é a motivação dos parágrafos seguintes.

## O neoliberalismo e a desindustrialização

Embora já se tenha feito uma abordagem preliminar tanto sobre o neoliberalismo, quanto acerca da desindustrialização, agora é importante conseguir entrelaçar os dois conceitos. Primeiro, cumpre analisar um pouco mais profundamente o neoliberalismo<sup>14</sup>. A razão para iniciar essa seção tratando desse tema é objetiva: buscar descortinar algo bastante complexo e mesmo sofisticado, talvez até por isso aceito sem grandes contestações em boa parte do mundo. A cartilha neoliberal foi alçada ao patamar de tese hegemônica, nos anos 1990, inclusive no Brasil, desde Collor. Em outras palavras, o neoliberalismo conquistou corações e mentes, mesmo quando exerceu uma violência simbólica<sup>15</sup>, no sentido bourdiano do termo – às vezes nem tão simbólica assim –, em parcela da sociedade.<sup>16</sup>

Similarmente ao que recomendou Chang Ha-Joon, o pré-requisito que se espera do leitor aqui é apenas que haja disposição para “remover os óculos com lentes cor-de-rosa que as ideologias neoliberais sugerem que você use todos os dias” (Chang, 2013, p. 17). A

<sup>14</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, define em breves palavras a síntese do termo: “O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.”

<sup>15</sup> Para um entendimento inicial do conceito de violência simbólica, ver GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Editora Vozes. Edição do Kindle, 2012.

<sup>16</sup> O filme *Você Não estava Aqui* [2020], dirigido por Ken Loach, com título original *Sorry We Missed You*, demonstra toda a narrativa neoliberal e parte de seus efeitos, indelévels, para o cidadão comum. Outros filmes de Ken Loach também tratam do tema sob perspectivas distintas.

realidade tem sido bastante distinta do que fora prometido. O neoliberalismo está umbilicalmente ligado às finanças, ou à financeirização. Essa doutrina impacta significativamente nas relações humanas, faz muito tempo, mas, não é “apenas” isso. Há um objetivo bem maior: mudar profundamente a forma de pensar. É ideológico, como já sinalizado na seção precedente. Trata-se de um conjunto de ações cuja sedução ideológica das mentes faz com que parcela significativa do mundo perceba como natural a profunda individualização da existência; um modo de vida único e não se pode escolher outro sem se pagar o preço do insucesso. Quem não se moldar, será alçado à categoria de inservível. Para os seus simpatizantes, como também nos posicionamentos de seus “intelectuais orgânicos”: TINA [“*there is no alternative*”]!

O neoliberalismo – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política –, juntamente com sua cria, a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período, mesmo que acadêmicos continuem a debater o que ambos são precisamente (Brown, 2019, p. 28).

Note-se que não se trata de uma forma de estruturar apenas as finanças. É algo que vai muito além das relações econômicas. Impacta nas relações sociais, na forma como se vê o Estado e na maneira e na medida que ele, por meio de sua burocracia, atua, ou deveria atuar ou até mesmo não atuar, às vezes, sequer reagir. O noticiário trata disso todos os dias e os exemplos são dos mais variados. Muitas vezes, em nome do “mercado”, ou de qualquer outro conceito, como por exemplo, o superávit primário, o equilíbrio fiscal, as “reformas”, a redução do peso do Estado, chegando à necessidade premente de privatizar tudo, inclusive a saúde, coloca-se no rol de excluídos um conjunto de “matáveis”, parafaseando Achille Mbembe (2018):

Assim, se você observar a história do neoliberalismo, poderá dizer que houve uma transformação, nos últimos trinta ou quarenta anos, na maneira em que se deram esses momentos diferentes: da tecnologia em relação à natureza, das relações sociais, dos aparatos de produção, da reprodução social, das instituições, das mentalidades e do Estado; todos eles passaram por uma transformação, não necessariamente mutuamente solidária (Harvey, 2020, p. 48-49).

Como se pode observar, o neoliberalismo vai muito além das questões triviais que, normalmente, lhes são atribuídas. Ele transforma e, ao mesmo tempo, também é transformado e atualizado. Há uma espécie de processo de naturalização de algo que, de natural, não tem nada. Contudo, uma questão inerente ao neoliberalismo é quase que incontroversa: ele é excludente e atende claramente às elites, sobretudo, as econômicas.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como **um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas** (Havery, 2014, p. 27. Grifo nosso).

Ainda sobre o neoliberalismo, há que se entender que não se trata do clássico liberalismo, de Adam Smith, David Ricardo e outros, repaginado; vai além. Nas origens, a intervenção do Estado sempre representava uma ameaça de ação violenta “Governo é, em última instância, o emprego de homens armados, de policiais, guardas, soldados e carrascos” (Mises, 2010, p. 818). É fácil lembrar da expressão: o Estado é quem detém o *monopólio legítimo* da violência. O Estado não é uma instituição sem função, ou que deva simplesmente ser reduzida, como era a perspectiva original dos fundadores da escola liberal, mas deve ser sim empregada na garantia da ordem neoliberal, isto é, fazer com que os preceitos do “livre mercado” sejam, pelo Estado, garantidos e, mais do que isso, suportados. Então a diferença entre o liberalismo e o neoliberalismo está na atribuição, por parte do último, ao papel ativo do Estado para garantir contratos, (r)estabelecer a ordem e, a depender do propósito, asseverar o *status quo*, por exemplo.

[...] então, o neoliberalismo propõe que o Estado possua um papel ativo como promotor do livre mercado. Assim, se para os adeptos do *laissez-faire* o Estado não deveria ter papel algum na regulação da economia, os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre mercado, daí a novidade que justifica o emprego do prefixo “neo” (Rocha, 2021, p. 14).

Com vistas a dar alguma possibilidade de mobilidade social para um ou outro indivíduo, (sempre a questão da individualização), mantendo as coisas como estão, responsabilizando cada um por seu sucesso e, mais ainda, pelo seu insucesso, um novo conceito ganhou relevância: a meritocracia<sup>17</sup>. As palavras são importantes e não há “ato desinteressado”.

Isolado, o indivíduo não apenas pode ser explorado, trabalhar mais ganhando menos, sem direitos trabalhistas. Acreditando-se “empresário de si mesmo”, ele é deixado politicamente sem defesa. **Pior ainda, é também cada vez mais dominado pela propaganda neoliberal que diz que as vítimas do desemprego e do subemprego precário, produzidas por um sistema econômico concentrador e improdutivo, são, elas próprias, as culpadas pelo próprio infortúnio** (Souza, 2019, p. 266. Grifo nosso).

A meritocracia, ademais, dá a tônica para explicar a razão da existência de excluídos, inservíveis, ao mesmo tempo em que busca trazer “opções”. Assim, o mercado de trabalho passaria a ser *flexível* e não existiriam mais os (des)empregados, o objetivo é que, como sociedade, surjam empreendedores, donos de seu destino no qual o sucesso depende apenas e tão somente do próprio empenho e da obediência às regras do livre mercado, em busca de eficiência contínua da qual resultará a destruição criadora schumpeteriana. Mas, a realidade insiste em não “respeitar” a “determinação” da teoria.

---

<sup>17</sup> “O ideal meritocrático coloca um peso grande na concepção de responsabilidade pessoal. Responsabilizar as pessoas pelas coisas que elas fazem é bom, até certo ponto. Respeita a capacidade delas de pensar e agir por elas mesmas, como agentes morais e cidadãos. Mas uma coisa é responsabilizá-las por agirem de acordo com a moral; outra coisa é pressupor que somos, cada um de nós, totalmente responsáveis por nossa sina” in SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Edição do Kindle, 2020, p. 57.

## **Mercado de trabalho é mercado? Que seja livre mercado também!**

Claro que a “liberdade” propalada não é aquela substantiva. Destruídas as bases do emprego com carteira assinada, com direitos sociais, surge, no contexto neoliberal, a *uberização*, como o clímax da junção da flexibilização com a meritocracia. Essa dimensão, especialmente em relação aos impactos do custo de trabalho no processo de produção, inerente à atividade industrial, recebeu uma atenção especial dos industriais, por intermédio da CNI. Todavia, surge a indagação, ainda no âmago do neoliberalismo: como seria possível às elites econômicas terem sucesso, ainda que um contingente gigantesco de outros fiquem à margem, se seus ganhos não fossem assegurados a partir do Estado garantidor de contratos de posse e da propriedade? Mesmo nos ciclos econômicos que levam às crises, inerentes ao capitalismo, o Estado ainda permanece com o papel importante de trazer liquidez “aos mercados”, inclusive salvando – os escolhidos – corporações cuja concepção é centrada no neoliberalismo, como bancos, seguradoras e conglomerados globais, apelidados como “grandes demais para quebrar”.

Iniciamos por esclarecer o neoliberalismo. O neoliberalismo não deve ser confundido como uma simples replicação do liberalismo clássico ou dos princípios do *laissez-faire*. Nele, o mercado não é uma formação natural, mas fruto de um processo histórico, isto é, forjado pelos homens, e de determinadas circunstâncias históricas. Além disso, o neoliberalismo, diferente do liberalismo clássico, não nega toda e qualquer forma de interferência estatal; ela pode (e mesmo deve) ocorrer em circunstâncias em que a livre concorrência estiver ameaçada. Nesse sentido, caberia ao Estado garantir o pleno funcionamento do livre mercado (Lacerda, 2020, p. 28).

Assim como há uma fração de escolhidos, no neoliberalismo, também existe outra que está à própria sorte, portanto “inservíveis e matáveis”. Os manuais do neoliberalismo estão pautados por políticas restritivas nas áreas sociais e que resultam, em grande medida, no empobrecimento da população e das classes trabalhadoras “desumanizadas”. Aliás, nesse sentido, o neoliberalismo tem conseguido muito sucesso por onde quer que se esteja, no novo ou no velho mundo, desde a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin. O caso brasileiro, visto mais adiante, corrobora essa tese.

O neoliberalismo tem revogado as reformas que o movimento operário e popular impôs ao capitalismo. Essa ofensiva reacionária está desmontando o Estado de bem-estar na Europa ocidental e suprimindo os poucos direitos sociais existentes na América Latina. Isso está ocorrendo devido a mudanças na economia e na política em escala internacional. Poderíamos enumerar de modo muito sintético essas mudanças que contribuíram, cada uma a seu modo, para estimular essa ofensiva da burguesia e para assegurar o êxito que ela vem obtendo. O crescimento econômico moderado, pontilhado de conjunturas recessivas, enrijeceu a posição da burguesia na defesa da sua taxa de lucro, induzindo os capitalistas a avançar sobre os salários diretos e indiretos dos trabalhadores (Boito Jr., 2017, p. 309-10).

Ao mesmo tempo em que o Estado é readaptado à lógica neoliberal, ao assumir a nova configuração de Estado, às vezes racista, xenófobo, assassino – direto ou indireto,

matando ou deixando morrer, se não literalmente ao menos socialmente – esse ente impõe o contorno de poder moderno que, no limite, também reflete o projeto de “solução final” ao declarar diferentes guerras, como contra as drogas, contra a marginalidade ou contra a corrupção. Independentemente do discurso político assumido publicamente há apenas uma resultante: o exercício do biopoder; sobre os desassistidos de sempre [operários industriais, inclusive], seja pela economia ou por meio de outros aparatos que dela derivem.

De alguma forma, os trabalhadores que foram cobaias desse experimento de teoria econômica não estão felizes com os resultados. Não estão enlevados, por exemplo, com o fato de que, em 2007, no pico do milagre neoliberal antes do desastre financeiro, os salários reais – corrigidos pela inflação – dos trabalhadores comuns eram mais baixos que a remuneração em 1979, quando o experimento estava apenas em seu estágio incipiente (Chomsky, 2017, p. 375).

Por fim, vale frisar que esse excerto abordou o neoliberalismo, pois sem isso não há como tratar das questões relativas aos reflexos das políticas econômicas adotadas no mundo, com severos impactos na indústria, depois de 1980, e no Brasil, sobretudo após 1990. Como elas se mantiveram ao longo de todo esse tempo, as fendas socioeconômicas abertas permaneceram e algumas se aprofundaram. É importante notar o papel da exposição aos preceitos neoliberais no longo prazo. De um lado, nas ciências econômicas a correlação mede a interdependência entre duas variáveis em determinado intervalo. De outro, a “cointegração”<sup>18</sup> busca essa mesma interdependência, mas revela que só a longo prazo são convergentes, sendo que, não duas as variáveis, mas diversas delas, podem, no curto prazo, não demonstrarem sincronismo algum. Este conceito explica um pouco melhor a relação do neoliberalismo com a desindustrialização, já que o “experimento” persiste faz mais de quatro décadas. Por conta dessa perspectiva de longo prazo, é fundamental compreender outro conceito: a histerese, para a melhor compreensão da dificuldade que é – ou será – reverter o quadro de desindustrialização verificado no Brasil.

## Conclusões

O neoliberalismo venceu a narrativa dos anos 1990. Ainda hoje estão presentes os reflexos dessa vitória, em todas as formas de relações sociais. Essa ideologia, nascida a partir do “Consenso de Washington”, tornou-se a “solução” única para os problemas mundiais, sobretudo em relação ao subdesenvolvimento econômico. Como receita dominante e irrestrita, também encontrou amparo no Brasil e seduziu, inclusive, parcela dos intelectuais da academia e dos empresários industriais. Ser contrário aos seus princípios era uma espécie de “terraplanismo”, para usar linguagem atual.

Muito embora a agenda econômica neoliberal tenha encontrado no Brasil guarida para ser implementada, e mantida por décadas, o nível de desenvolvimento prometido não foi alcançado. Ao contrário, restou em histerese, que é o uso prolongado de determinada conduta, em parte extemporânea, a desindustrialização e o aprofundamento da desigualdade

---

<sup>18</sup> Para saber mais: JOHANSEN, S. Likelihood-Based inference in cointegrated vector auto-regressive models. Ed. Oxford University Press. 1996.

social, com toda a clareza que revelam as pessoas vivendo sob pontes e marquises, em todo o País. Com efeito, no âmbito da indústria o que se notou foi a redução drástica de sua participação no PIB, desde então. A literatura especializada denominou esse recuo como um processo de desindustrialização.

Esse artigo buscou lançar luz, mesmo que de forma sintética, sobre conceitos intrincados, em parte construídos propositadamente com a finalidade de serem herméticos. Sobre o neoliberalismo restou demonstrado que se trata de um conjunto complexo de propostas que, sob a ótica econômica, não mais exclui o Estado da lógica do sistema, como no liberalismo original, mas faz com que seja o garantidor do “livre mercado”. Basta lembrar que, no processo de privatizações brasileiro, o Estado, por meio do BNDES, sempre aportou recursos para financiar a aquisição de empresas brasileiras por particulares, brasileiros ou não. No que tange à histerese, ela pode ser compreendida por meio do efeito “Dom Quixote”, uma vez que o modelo neoliberal trouxe propostas de soluções irreais para o contexto real no qual os países em desenvolvimento se encontravam. Nesse caso, o exemplo é que a taxa de juros brasileira sempre esteve dentre as mais elevadas do mundo, inviabilizando o investimento produtivo e a modernização.

Diante desse contexto, o Brasil desindustrializou-se e caminha rápido para um quadro de plena comoditização da pauta exportadora, *ceteris paribus*. Conclui-se que, mantida a estratégia de condução da política econômica pautada nas lições do neoliberalismo, engendradas nos anos 1990, e que, recentemente, teve a aposta dobrada nesses princípios pela equipe econômica conduzida por um dos discípulos da Escola de Chicago, Paulo Guedes, as chances de uma reindustrialização no Brasil são mínimas.

A reindustrialização, por meio da descarbonização e da inclusão social, definida como *neoindustrialização* pode ser a saída desse processo, como tem apontado o Governo Lula 3. Há muito o que ser feito para mudar esse quadro, mas a primeira questão é mudar o *mindset* dos envolvidos. Existe espécie de “cegueira”, por parte dos industriais, de quais seriam os pontos relevantes a serem levados adiante e aqueles que lhes parecem favoráveis, mas, ao contrário, tiram-lhes competitividade de forma geral, embora alguns poucos possam ter benefícios pontuais. Por conta da histerese e de seus efeitos a possibilidade de a indústria retomar algum protagonismo na geração de emprego e de renda é diminuta e a desindustrialização prematura do Brasil pode tornar-se irreversível. Qualquer tentativa de mudar esse quadro levará bastante tempo. Enfrentar os problemas relacionados ao “Custo Brasil” não é só discurso de empresário. Sem isso, é impossível mobilizar capital suficiente para projetos de longa maturação, tão necessários para suportar uma transformação competitiva na magnitude necessária para recolocar o País nos trilhos da reindustrialização, com foco na sustentabilidade e na interconectividade, imprescindíveis para o padrão da indústria 4.0.

O objetivo do artigo também foi demonstrar que a implementação de políticas neoliberais ganhou força no Brasil, enquanto já era questionada em grande parte do mundo, inclusive em países desenvolvidos como os Estados Unidos, que buscam reindustrializar-se, especialmente depois da pandemia de Covid-19. Ao contrário do que fazem as nações líderes, no governo passado (em 2022) a equipe econômica brasileira reduziu as alíquotas de importação de bens industriais, de forma unilateral e, portanto, sem contrapartidas, em cerca de 10% para 87% dos produtos listados na Nomenclatura Comum do Mercosul, sem



que isso tenha sido decisão unânime dos parceiros do bloco. Isto é, ainda teve o condão de enfraquecer a Região, demonstrando a aspiração à irrelevância no continente. Como se vê, dobraram a aposta para embrenhar-se ainda mais numa solução que os dados e a realidade mostram ser equivocada.

A pesquisa científica busca responder questões específicas, mas esse processo de formação do conhecimento, quase sempre, leva a abordar temas que, *à priori*, não pareciam relevantes, ou mesmo possíveis de serem devidamente explorados. Não há como desvencilhar-se de algum nível de hermética. Na evolução dos eventos e dos dados, percebe-se que parte deles tiveram papel central. A história está repleta de fatos que parecem desconexos, mas não são, em verdade.

Muitas vezes não é possível estabelecer a causalidade nas Ciências Sociais, muito embora a Economia tenha essa pretensão. A desindustrialização do Brasil se deu devido a inúmeros fatores, é verdade. As condições macroeconômicas adversas tiveram papel central nesse processo. Mas também é verdade que as vozes importantes que reverberavam os anseios industriais foram se perdendo ao longo do tempo, sobretudo com a morte de grandes líderes do setor, sem a renovação deles.

O artigo também procurou contribuir para provocar a reflexão sobre o atual estágio das lideranças industriais. Hoje, são raras as representações industriais que têm espaço, vez e voz na agenda econômica nacional. Basta comparar ao apelo que tem o agronegócio. Mesmo assim a *opinião pública* é levada pela agenda da financeirização, dominada pelos bancos e por seus congêneres do sistema financeiro, nacional e global. Sob o manto de dogmas como a Teoria Quantitativa da Moeda ou da necessidade de se obter superávits primários a qualquer custo, são colocadas amarras em qualquer um que ouse pensar diferente. A esperança é a de que as novas teorias como a Moderna Teoria Monetária e a discussão sobre o mito do déficit ganhem corpo e ultrapassem os muros da academia.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. 4ª Ed. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BACHA, E.; BOLLE, M. B. (orgs). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- BATISTA, P. N. *Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos*. Set de 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Zahar. Edição do Kindle, 2012.
- BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. G. *Como recuperar o vigor*. Carta Capital, 2012.
- BOITO, Jr. A. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp. Edição Kindle, 2007.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Papyrus Editora. Edição do Kindle, 2018.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2012.

- BRASIL – Ministério da Economia. *Redução do “Custo Brasil”*. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/reducao-do-custo-brasil> - acesso em 30 de novembro de 2021.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosofia Politeia, 2019.
- CAFARDO, P. *IEDI. Quem está criticando a alta dos juros, um tiro no setor produtivo?* Valor Econômico: 10 de maio de 2022. Disponível online em: [https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2022/iedi\\_na\\_imprensa\\_20220510\\_a\\_perda\\_de\\_protagonismo\\_da\\_industria\\_brasileira.html#:~:text=Quem%20est%C3%A1%20criticando%20a%20alta,um%20tiro%20no%20setor%20produtivo%3F&text=No%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%20observamos,no%20pa%C3%ADs%2C%20estava%20indo%20embora.](https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2022/iedi_na_imprensa_20220510_a_perda_de_protagonismo_da_industria_brasileira.html#:~:text=Quem%20est%C3%A1%20criticando%20a%20alta,um%20tiro%20no%20setor%20produtivo%3F&text=No%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%20observamos,no%20pa%C3%ADs%2C%20estava%20indo%20embora.) – Acesso em 12 de maio de 2022.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CHANG, H-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultix, 2013.
- CHOMSKY, N. *Quem Manda no Mundo?* Crítica. Edição do Kindle, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2016.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: MEDIAFashion: Folha de S. Paulo, 2022.
- FREDERICK, K. *Global and local forces in deindustrialization: the case of cotton cloth in East Africa's Lower Shire Valley*, Journal of Eastern African Studies, v. 11, n. 2, p. 266-289, 2017.
- GRENFELL, M. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes. Edição do Kindle, 2012.
- HARVEY, D. *Anticapitalismo em tempos de pandemia (Pandemia capital)*. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições-Loyola, 2014.
- ICL – Instituto Conhecimento Liberta. *Compreendendo a elite do atraso, por Jesse de Souza*. Realizada em 10 jun. 2021 – Acesso ao vivo em: [https://institutoliberta.com.br/pg/icl-r5/?utm\\_campaign=icl-5&utm\\_medium=diversos&utm\\_source=diversos&utm\\_content=link-video-ao-vivo&src=icl-w5&sck=link-video-ovivo.](https://institutoliberta.com.br/pg/icl-r5/?utm_campaign=icl-5&utm_medium=diversos&utm_source=diversos&utm_content=link-video-ao-vivo&src=icl-w5&sck=link-video-ovivo)
- IEDI. *Indústria: para crescer e se desenvolver*. Destaque IEDI. Disponível online em: [https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque\\_iedi\\_20211201.html](https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20211201.html) - acesso em 1 de dezembro de 2021.
- JOHANSEN, S. *Likelihood-Based inference in cointegrated vector auto-regressive models*. Ed. Oxford University Press. 1996.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Coleção Folha Grandes Nomes do Pensamento. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- KLIEN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KRUGMAN, P. R. *Desindustrialization, reindustrialization, and the real Exchange rate*. Working paper 2586. NBER: Cambridge, May 1988.

- LACERDA, A. C. É possível reindustrializar o Brasil? In MARINGONI, G. (org). *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- LACERDA, A. C. *O mito da austeridade*. Editora Contracorrente: Edição do Kindle, 2020.
- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2015.
- MAIA, B. A. A. *Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014*. Disponível em: Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. Disponível online em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08> - acesso em 7 de abril de 2021.
- MANNHEIM, K. *Ideología y utopía: introducción a la sociología del conocimiento*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. Edição do Kindle, 2010.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MISES, L. V. *Ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MISES, L. V. *As seis lições*. São Paulo: MEDIAFashion: Folha de São Paulo, 2020.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.
- PEREIRA, R. S. Empresariado industrial como ator político: uma análise da ação coletiva e da intermediação de interesses no Brasil in ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Os desafios da política industrial brasileira: uma contribuição da ABDI – 204-2014*. Brasília: ABDI, 2015.
- POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- RESENDE, A. L. *Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. 1ª edição. São Paulo: Portofolio-Penguin, 2017.
- ROCHA, Ca. *Menos Marx, mais Mises*. São Paulo: Todavia: Edição do Kindle, 2021.
- SANDEL, M. J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Edição do Kindle, 2020.
- SEVERIAN, D.; LACERDA, A. C. Soberania, industrialização e integração nacional: Wilson Cano e os mosaicos do desenvolvimento brasileiro. *Revista Economia e Sociedade, Campinas*, v. 30, Número Especial, p. 619-630, 2021. Disponível online em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30nespart02>. Acesso out. 2021.
- SMITH, A. *A teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: MEDIAfashion – Folha de S. Paulo, 2021.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*. Estação Brasil: Edição do Kindle, 2019.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Companhia das Letras: Edição do Kindle, 2004.

*Recebido em: 01-06-2022*  
*Modificado em: 10-12-2022*  
*Aceito em: 28-02-2023*

*Haroldo da Silva*

Doutor em Ciências Políticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Tributário pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais, economista e advogado.

*Francisco Cesar Pinto da Fonseca*

Cientista político e professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Autor, entre outras obras, do livro “O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil” (SP, Hucitec, 2001).